



APORTES PARA EL SINODO

RELACIONES

Reflexões gerais

Esta parte é muito importante porque em “Relações” testemunhamos a sinodalidade e, em termos de Evangelho, a fraternidade/sororidade. Não é um tema fácil de transformar na prática, porque há séculos de relações “verticais” e “piramidais”. Foram vividos durante tantos séculos que é difícil pensar que “deveriam” ser de outra forma, que “podem” ser de outra forma.

A liturgia é um dos lugares onde o lugar de cada membro do povo de Deus na Igreja é mais visível - simbolicamente e de facto. O facto de o clero presidir sempre, coloca-o no primeiro plano, no primeiro lugar, no lugar mais alto, no lugar mais importante. Os leigos ocupam sempre o segundo lugar, só participando explicitamente na liturgia se forem designados por alguém - quase sempre o próprio clero - para ler, distribuir as oferendas ou efetuar qualquer outro serviço litúrgico. Os títulos honoríficos que os bispos recebem atribuem-lhes uma designação que os torna distintos. O uso de tal título molda a pessoa e o tipo de relação que se estabelece com ela. Seria urgente suprimir tais títulos.

A doutrina trinitária com que o texto começa deve ser purificada da tríade monárquica que tantas vezes a caracterizou, em que o Pai é superior ao Filho e ao Espírito. É necessário sublinhar a perijoresis ou inter-relação mútua em que todos são iguais. A prioridade do batismo sobre os outros sacramentos e o modo como nos dá uma igualdade fundamental, sem negar a diferença funcional, precisa de ser mais explorada.

O documento sublinha a “corresponsabilidade diferenciada” de todos pela missão. Esta é uma questão complexa de explicar e de viver. É claro que há uma diferença de ministérios, mas sem criar uma diferença de estatuto. E esta diferenciação não pode significar a separação entre “sagrado” e “profano” que tantas vezes se viveu. Na verdade, muitas das funções que têm sido reservadas ao ministério ordenado podem ser exercidas pelos leigos pelo batismo que faz de todos profetas, sacerdotes e reis. Por exemplo, a pregação/homilia, a distribuição da Eucaristia, a administração dos sacramentos quando necessário, etc. A linha de demarcação na diferenciação dos ministérios que traz consigo uma imagem de Deus, de Igreja, de comunidade, poderia ser mais funcional, sempre “para o bem da comunidade” e para “um maior testemunho de igualdade”.

É importante insistir no trabalho do grupo 5, confiado ao Dicastério para a Fé. Não é claro quem compõe este grupo. Se se refere à incorporação das mulheres nas responsabilidades eclesiais, deveriam ser as mulheres que constituem a maioria deste grupo.

É urgente rever a identidade do ministério ordenado para o libertar do clericalismo. Este ponto, em relação às mulheres, tem sido usado para justificar o não acesso das mulheres aos ministérios para não aumentar o clericalismo. Esta hipótese é uma falsa desculpa. Há necessidade de libertar o ministério ordenado do clericalismo, independentemente de todas as outras situações que possam estar relacionadas. O diaconado deve ser enriquecido pelo serviço à comunidade, libertando-o da função exclusivamente litúrgica que se verifica na maioria das igrejas locais. Os ministérios laicais podem ser verdadeiramente reconhecidos, valorizados e exercidos. Não podem ser deixados ao critério do sacerdote de serviço ou à improvisação dos contextos. Devem ser alimentados e encorajados, libertando assim todos os ministérios da centralização no clero e favorecendo a riqueza dos serviços na comunidade. Evitando, naturalmente, qualquer traço de superioridade, honra ou estratificação de qualquer ministério na comunidade eclesial.

O diálogo ecuménico é outra forma de fomentar relações igualitárias, mostrando respeito e reconhecimento por outras tradições cristãs. É tempo de promover a unidade mostrando pontos comuns, caminhando para o estabelecimento da unidade na diversidade.